

Sobre a institucionalização da psicanálise no Brasil

Transformações

Renata Arouca de Oliveira Morais,¹ São Paulo
Daniel Kupermann,² São Paulo

Resumo: Este trabalho analisa o processo de institucionalização da psicanálise no Brasil, com foco no problema da criação dos cursos de bacharelado que pretendem graduar psicanalistas. Esse cenário inédito implica o risco significativo de uma regulamentação da profissão de psicanalista, sem que a comunidade dos profissionais que a praticam e a transmitem no país dela participem. Em paralelo, a própria comunidade psicanalítica se vê pressionada pelos movimentos contracoloniais e identitários a repensar os dispositivos de formação, transmissão e ensino da psicanálise, de modo que se incluam em seus sistemas discursivos os problemas inerentes à sociedade brasileira em sua diversidade, e que se tornem acessíveis o tratamento e a formação psicanalítica às populações menos privilegiadas e, mesmo, subalternizadas, em busca de uma psicanálise comprometida com o ideal democrático de defesa universal dos direitos humanos.

Palavras-chave: psicanálise, instituição, formação psicanalítica, democracia e inclusão

Contextos

Em 2021, uma Instituição Particular de Ensino Superior (IES) brasileira passou a oferecer um curso de graduação em Psicanálise com titulação de bacharelado. Desde então, outros cursos foram legalmente abertos,

- 1 Psicóloga, psicanalista, membro associado da Sociedade de Psicanálise de Brasília (SPBSb, Febrapsi, Fepal, IPA); membro do Grupo Brasileiro de Pesquisa Sándor Ferenczi (GBPSF); pós-doutoranda do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP); professora na Uni9.
- 2 Psicanalista, professor livre-docente do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP) e pesquisador bolsista (CNPQ-Brasil); membro do Grupo Brasileiro de Pesquisa Sándor Ferenczi (GBPSF).

principalmente na modalidade EAD (ensino à distância), bem como também na modalidade presencial. Tais cursos vão diplomar aproximadamente 13 mil alunos por ano, que serão “formados” em um dispositivo universitário que não atende às exigências mínimas para uma formação em psicanálise. Desde então, segundo Kupermann (2022a), há uma “guerra” declarada, e saber quem é ou não psicanalista tornou-se não uma questão indicativa de abuso de autoridade, tampouco de reserva de mercado, mas um problema ético referente à constituição de uma comunidade psicanalítica; afinal, uma massa de profissionais intitulados psicanalistas com diploma universitário, mas sem formação adequada, torna-se um problema para a sociedade civil, com repercussões na saúde mental daqueles que recorrem a tais profissionais diplomados. Ao mesmo tempo, esse contexto torna urgente a necessidade de os psicanalistas e a psicanálise institucionalizada discutirem e repensarem os dispositivos de formação, transmissão e ensino da psicanálise no Brasil.

No Brasil, até recentemente, instituições psicanalíticas se responsabilizavam pela formação, transmissão e ensino da psicanálise, e, em 2000, foi criado o Movimento Articulação, um coletivo que congrega 26 instituições que formam psicanalistas no país e que se reconhecem entre si. O Movimento Articulação comunga de princípios básicos da formação – leiga, laica, artesanal, singular e permanente – de um psicanalista. Estes princípios, estruturados com base em Freud e seus discípulos ao longo de décadas, delimitam o campo psicanalítico, fornecendo parâmetros em três eixos principais, indissociáveis e complementares entre si: análise pessoal do candidato a psicanalista, supervisão de casos clínicos e estudo da teoria psicanalítica (cf. Kupermann, 1996).

Com a expansão da comunidade psicanalítica e o surgimento de mais instituições, variações nos requisitos e na modelagem do processo de formação foram propostas, mas mantiveram-se seus princípios gerais estabelecidos no início do século passado. Ao se considerar, entretanto, a relação e o compromisso da psicanálise com a cultura, a sociedade e o momento histórico nos quais se institucionaliza, algumas questões se apresentam: seriam esses eixos parâmetros suficientes ainda hoje para se formar analistas? Qual a especificidade da psicanálise no Brasil?

No livro *Transferências cruzadas: uma história da psicanálise e suas instituições*, Kupermann (1996) enfatiza dois pontos tratados por Ferenczi em sua proposição inaugural, no 2º Congresso de Psicanálise, para a criação da Associação Psicanalítica Internacional (adotaremos a sigla IPA, do nome

em inglês). O primeiro é o “questionamento dos meios de luta empregados na difusão e proteção da ‘causa’ psicanalítica, e o segundo, o exame crítico da patologia das associações” (p. 50). Os psicanalistas apresentam muitas vezes sintomas derivados do próprio processo de formação psicanalítica, evidenciando suas contradições. Lemos:

O saber psicanalítico só pode ser transmitido a partir da experiência de uma análise pessoal, o que vincula saber e prática: como consequência, está embutida nessa proposta a ideia de que a transmissão da psicanálise é regulada pela transferência, e que a transferência (a Freud) seria o melhor instrumento para evitar “adulterações teóricas” com base em complexos pessoais. O malogro que se tornaria crônico num futuro próximo, quando da padronização da formação psicanalítica em institutos, seria a utilização da transferência necessária a toda análise como instrumento alienante para doutrinação teórica e política. (Kupermann, 1996, p. 64)

A análise pessoal do analista, um dos três eixos da formação, ganhou destaque especial com Ferenczi (1928), que nomeou a análise do analista a “segunda regra fundamental da psicanálise, isto é, que quem quer analisar os outros deve, em primeiro lugar, ser ele próprio analisado” (p. 31). Essa temática, de fundamental importância, indica ao mesmo tempo alguns dos limites do projeto formador, bastante dependente do sucesso ou do fracasso da análise pessoal do psicanalista.

Mudanças no âmbito geopolítico do planeta fazem com que os aspectos sociais, econômicos e culturais encontrem transformações significativas em função do que foi nomeado como capitalismo globalizado. O processo de globalização circunscreve aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais e sociais. Desse modo, ao mesmo tempo que propiciaram o desenvolvimento de tecnologias da informação, da comunicação, do transporte, as mudanças tecnológicas produziram também a precarização dos empregos e um aumento notório nas diferentes formas de violações dos direitos humanos.

Esse cenário, fruto da necessidade de fazer o capital girar, circular, produz um estilo de vida altamente consumista. O “espírito” material do capitalismo – para usarmos a expressão consagrada de Max Weber (1905/1987) – consiste, como Karl Marx (1867/1983) bem advertiu, em tudo transformar em mercadoria: bens, ofícios públicos, concessões

administrativas e até pessoas, como os trabalhadores assalariados ou os consumidores. Deparamos, aí, com uma inédita desumanização da vida.

Nesse sentido, geramos contextos de precariedade em que a violação, a exclusão e o abandono encurralam segmentos populacionais específicos. Certos coletivos, população LGBTQIAPN, negros e pobres em geral, passam a ter sua existência precarizada, assistindo à falência dos ideais universais de respeito e dignidade dos quais todo ser humano deveria ser merecedor. A “necropolítica” ganha, assim, espaço, e gera em seu ambiente de controle a morte e suas dimensões como base para o domínio sociopolítico. Como escreve Mbembe (2018, p. 47): “As formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte obrigam alguns corpos a permanecerem em diferentes estados situados entre a vida e a morte”.

No processo civilizatório e colonial que vigorou na Europa, quais foram e quais são os marcadores sociais? Freud, no ensaio “Mal-estar na civilização” (1930[1929]/2006c), já indicava a importância da(s) renúncia(s) e do convívio em comunidade necessitar de delimitações de espaços, funções, para que os relacionamentos não ficassem sujeitos a vontades arbitrárias e onipotentes – no caso, os interesses expressos pelo homem branco europeu.

O Brasil foi um país colonizado por europeus que impuseram seu *ethos* à nação que se constituía. Como consequência, nesse processo há abismos históricos e simbólicos que marcam as condições raciais, religiosas, de classe e de gênero. Nessas condições há uma rigidez com enquadramentos mais tradicionais e normativos que se presentificaram em função de um compromisso político que reforça estereótipos colonialistas, recaindo sobre os corpos de modo desigual, criando, segundo Kilomba (2019), espaços de violência e lugares de privilégios, nos quais o poder é utilizado por autoridades (raciais) que desqualificam vozes consideradas subalternas. Essa assimetria do exercício do poder revela o limitado acesso que certos grupos têm aos recursos necessários para implementar suas próprias vozes, deixando-os à margem, em referência aos regimes dominantes, que regulam o que seria e o que não seria o conhecimento e a erudição válidos em determinados contextos.

A psicanálise e o cenário brasileiro

Ao pensarmos o contexto psicanalítico brasileiro, é legítimo questionar se encontramos, nos discursos institucionalizados, uma psicanálise legítima, pura e sacralizada, e, de outro lado, uma psicanálise “bastarda”,

impura, “pagã”? De um lado, a psicanálise praticada no “conforto” dos consultórios particulares, com o uso do divã, para o analisando associar livremente, o analista em sua poltrona, exercendo sua escuta livre flutuante; de outro, as várias formas existentes de escuta em lugares e em instituições de cuidado bastante diversos, reflexo da imensidão e da riqueza da pluralidade psicanalítica brasileira. Estaríamos, nesses casos, assistindo a uma degradação teórico-técnica da psicanálise?

Freud (1918/2006a), em “Caminhos da terapia analítica”, já nos apresentava os impasses existentes na ampliação da clínica psicanalítica para além do “divã”, na qual teríamos inevitavelmente a “contaminação” do “ouro puro” da análise por elementos que não lhe são próprios, o “cobre” da influência educativa e da sugestão. Mas sabe-se que não há na natureza ouro puro e, para haver psicanálise em lugares distintos do consultório privado e das práticas profissionais liberais, é preciso operar mudanças, o que não significa abrir mão da ética própria à escuta do inconsciente.

Danto (2019) escreve sobre a teoria psicanalítica, enfocando os princípios desta, como uma teoria da emancipação, em que a importância da liberdade do cidadão desloca-se para o campo social; ou seja, mais livre o sujeito de sua neurose, mais democrática a sociedade. Em 1918, no Congresso de Budapeste, Freud pronunciou seu discurso sobre a psicoterapia popular. Lamentando o fato de a psicanálise dirigir-se, até aquele momento, apenas às classes sociais favorecidas e a um número muito reduzido de pacientes, Freud formula a esperança de que a consciência social despertará e lembrará à coletividade que os pobres têm os mesmos direitos tanto a uma ajuda psíquica como a uma ajuda cirúrgica, e promove a abertura de clínicas gratuitas dirigidas por psicanalistas.

Há alguns anos, no Brasil, com o intuito de reparar as dívidas advindas desse cenário de colonização e de pacto narcísico da branquitude,³ algumas instituições⁴ de psicanálise têm implementado projetos de ações

3 Termo proposto por Cida Bento (2022) no livro *O pacto da branquitude*, em que a autora fala de acordos não verbalizados de autopreservação, que atendem a interesses de determinados grupos e que perpetuam o poder de pessoas brancas.

4 A iniciativa da sbprj de oferecer bolsas a candidatos negros e indígenas com menos recursos financeiros vai nessa boa orientação. A bolsa inclui:

1. Análises com analistas disponíveis a atender pacientes a um custo possível, três vezes por semana durante todo o período de formação.
2. O mesmo critério para as duas supervisões de casos oficiais.
3. Isenção de pagamento de cursos, mensalidades e eventos.
4. Isenção de inscrição em Congresso Brasileiro e entidade latino-americana de candidatos.

afirmativas que visam facilitar o acesso de negros e indígenas à formação psicanalítica. Deparam, entretanto, com problemas referentes às políticas de permanência. Como manter quem entra? Têm ocorrido também incentivos a projetos de práticas sociais⁵ em que psicanalistas se voltam para a clínica extensa (Hermann, 2005), fazendo maior uso de recursos como o enquadre interno do analista (Green, 2008) e de uma escuta atenta ao reconhecimento de sofrimentos específicos referentes à situação social e política de grupos subalternizados. As iniciativas ocorrem nas cidades, comunidades, instituições, espaços abertos e espaços de trânsito de cidadãos, na modalidade presencial, on-line ou híbrida.

Com isso, um outro eixo no processo de formação se apresenta. O ofício psicanalítico baseado numa perspectiva ética e humana se vê comprometido com inclusão à formação, transmissão e ensino da psicanálise, atuando, até mesmo, na perspectiva de uma psicanálise decolonial (Ayouch, 2019; Canavez & Verztman, 2021; Guerra & Bispo, 2023), e viabilizando processos de democratização do acesso à análise pessoal (Andrade, 2023).

Mais conhecidas como Clínicas de Borda, essas possuem o objetivo de “redesenhar o mapa colonial da psicanálise” e pensar a psicanálise através da realidade brasileira. Seus trabalhos estão descritos nas Zines Clínicas de Borda: são no mínimo 22 coletivos espalhados por várias cidades brasileiras que nasceram da resistência dos movimentos sociais aos feminicídios, genocídios, deslocamentos migratórios, suicídios, homicídios, chacinas nas periferias, praças, estações, ocupações e quilombos. Como lemos, “Seu fazer é produto da rua e de modos possíveis de cuidado a que o enlace transferencial na direção do tratamento psicanalítico dá visibilidade e nome a corpos apagados no cotidiano” (Move, 2023). Essas clínicas questionam o modo de circulação do capital e de respostas do inconsciente às violações cotidianas.

Freud cartografou um inconsciente dinâmico, econômico e topográfico, e a partir dessa descoberta criou a psicanálise, com um método e uma metodologia. Nesse sentido, principalmente em seus artigos sobre técnicas, ele apresenta o dispositivo clínico que utilizava e no qual se sentia confortável: o “divã”, a escuta livremente flutuante e a associação livre. A psicanálise

5 O Departamento de Assistência Psicológica da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ) tem os seguintes parceiros: Joyce Schranz (Fiocruz), Frente de Mobilização da Maré e a UFRJ. Juntos desenvolvem a iniciativa intitulada “Projetos Mentes da Maré – Ajuda Psicológica Gratuita e de Qualidade”, desde março de 2020, realizando atendimentos psicanalíticos a moradores de 16 favelas da Maré, com o objetivo de fortalecer o acesso à saúde mental.

como um “bem comum” mobiliza a todos, em suas subjetividades e fazeres, que dela participam. No entanto, com as práticas psicanalíticas voltadas a diversos contextos sociais, amplia-se o acesso à psicanálise e, também, à formação, transmissão e ensino psicanalítico. Nesses dispositivos clínicos se pode ter uma atuação mais elástica e criativa, e alguns aspectos em específico caracterizam esses trabalhos – a presença do território e do vínculo com a comunidade, por exemplo.

A profissão de psicanalista não é regulamentada por lei federal (como outras profissões), e existem diferentes modalidades de formação psicanalítica, desde as reguladas pela Associação Psicanalítica Internacional (IPA), realizadas por suas sociedades filiadas e credenciadas para tal, bem como as oferecidas por entidades independentes e/ou filiadas a escolas dissidentes, como as lacanianas, por exemplo, além de uma série de formações que aparecem frequentemente se autointitulando psicanalíticas e oferecendo cursos, sem apresentarem os dispositivos mínimos necessários para esse fim e sem ter noção do que seja psicanálise. Há, também, psicanalistas de formação autogerida (Naffah Neto, 2009) e os coletivos de psicanálise (Khouri & Silva, 2016) a céu aberto (grupos com propostas sobre o fazer do psicanalista em diferentes espaços, um fazer pautado numa escuta coletiva e voltado aos núcleos da saúde e da cultura) ou as Clínicas de Borda, mencionadas anteriormente.

Após a pandemia, catástrofe que trouxe consequências para a saúde mental da população (Kupermann, Gondar & Dal Molin, 2022), o cenário da psicanálise no Brasil tornou-se preocupante, em função do aumento da quantidade de cursos de psicanálise oferecidos, sejam relacionados com instituições religiosas, sejam com o único objetivo de explorar um mercado em crescimento. Nessa “onda”, cursos de graduação em Psicanálise começaram a surgir, iniciados em 2020, e, ao que tudo indica, terão a chancela do Ministério da Educação e Cultura (MEC), o que tende a conduzir à regularização da profissão no país, iniciativa, no entanto, de profissionais de ensino sem relação histórica com a comunidade psicanalítica.

Buscando resgatar a história da psicanálise no país, foi criado o mencionado Movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras. Com reuniões trimestrais de seus representantes, o Articulação visa o acompanhamento e, também, iniciativas para barrar/impedir projetos que ferem a ética da psicanálise (segundo o entendimento do Movimento), como as iniciativas para regulamentar a profissão no Parlamento brasileiro ou fora

dele. Trata-se de um Movimento que se posiciona há anos contra a regulamentação da psicanálise pelo Estado, por entender que esse não possui os requisitos mínimos necessários para se responsabilizar pela formação de analistas.

O Articulação congrega instituições de formação, transmissão e ensino de psicanalistas, o que não impede que outras instituições que não têm tal enfoque possam se interessar pelo Movimento, assinar os diversos manifestos que já criou e que foram levados a vários lugares, principalmente o Congresso Nacional. O Movimento publicou, até o momento, duas coletâneas de artigos – *Ofício do psicanalista: formação vs. regulamentação* (Alberti *et al.*, 2009), *Ofício do psicanalista II: por que não regulamentar a psicanálise* (Sigal *et al.*, 2019).

A pluralidade de instituições que compõem o Articulação pode, evidentemente, acarretar dificuldades para as discussões e os consensos. O Movimento testemunha, porém, a importância da vivência institucional, do convívio entre os pares, da regulação da interação de experiências, da construção de um espaço com certo controle crítico de todos por todos, ao mesmo tempo que pode promover o confronto de critérios e preocupações. Essa possibilidade origina um sentido de comunidade e, concomitantemente, faz da tradição genealógica algo pensado, transformado e simbolizado, ou seja, algo próprio que possibilita espaço para as singularidades, diferenças e possíveis “transgressões”.

Simultaneamente, é preciso reconhecer que as instituições são também fonte de novas dificuldades e origem de distorções imprevisíveis: para funcionar com certa eficácia, hierarquizam-se e promovem uma divisão de funções e responsabilidades e, assim, institucionalizam diferenças e determinam desigualdade de poderes.

Nesse sentido, normas disciplinadoras e quem as aplica são definidos. Mas como isso é feito? Qual o uso que se faz do poder? As instituições psicanalíticas são ou estão isentas da reprodução das desigualdades e tensões da macrocultura na qual se institucionalizam? Segundo Andrade (2023), há um perfil elitista entre os psicanalistas, advindo de uma psicanálise eurocentrada e do caráter elitista da formação psicanalítica:

nós encontramos um perfil majoritariamente branco, heteronormativo e cisgênero ... não é um problema apenas de uma instituição de psicanálise,

tampouco um problema das instituições de psicanálise isoladamente. *É um problema que atravessa a história do Brasil.* (p. 145)

Por fim, argumentei que a forma mais eficaz de combater tal elitismo é por uma virada decolonial, em que o foco da psicanálise não seja mais eurocentrado, mas efetivamente aberto a uma das culturas – raras – que têm contribuído para a existência da psicanálise, a saber, a cultura brasileira. (p. 139)

No livro *Freud no século XXI*, Iannini (2024, p. 76) escreve: “a psicanálise tem que ser compatível com um projeto de democracia radical”, o que não quer dizer estar a serviço de/submetida aos movimentos sociais; “a psicanálise é estruturalmente incompatível com o racismo, a violência política ou econômica, a opressão social, com o silenciamento e o totalitarismo”, e, acrescentamos, a religião.

A ideia desses e de outros autores é a construção de um pensamento coletivo, em que possa ocorrer a promoção de mudanças levando à inclusão da diversidade e da pluralidade psicanalítica com uma formação de qualidade.

A psicanálise e a universidade

Algumas questões fizeram-se consenso no Articulação, como, por exemplo, a não regulamentação, e isso nos remete à relação da psicanálise com as universidades, ou melhor, as Instituições de Ensino Superior (IES), que se propõem a trabalhar com ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, tem-se um lugar convidativo para a divulgação e a pesquisa psicanalítica, advindas do embate com outros saberes e disciplinas que nem sempre encontram voz nas instituições psicanalíticas.

Em “Deve a psicanálise ser ensinada na universidade?”, Freud (1919/2006b) reiterou que a formação do analista se sustenta no tripé teoria, prática clínica e análise pessoal, do qual o mais importante é a análise pessoal, em função de lidarmos com a especificidade de seu objeto, o inconsciente dinâmico. Nesse sentido, a universidade não pode exigir, indicar, ou controlar analistas para que seus alunos façam suas análises, e muito menos interferir no tempo dessa experiência, mas ela pode servir de “empuxo ao estudo e à pesquisa” (Jorge, 2009), no sentido de poder ser um campo fértil para o aprimoramento da psicanálise ao tentar problematizar sua prática clínica, ou aprofundar um tema específico, seja do manejo da técnica ou

de uma psicopatologia específica. “Entretanto”, escreve Neto (2023, p. 113), “se a universidade não produz psicanalistas no sentido de *capacitação clínica*, ela pode, sem dúvida, contribuir bastante para o que poderíamos chamar de *formação continuada*, oferecendo um rico espaço de reflexão e de pesquisa.”

O que os novos cursos de graduação em psicanálise (EAD e híbridos) se propõem, contudo, é o ensino de massa, com grade curricular e programas fixos e predeterminados, prometendo que, com o cumprimento desses requisitos, seus alunos estejam aptos à prática psicanalítica. Apresentamos, a seguir, uma tabela elaborada a partir de pesquisa junto ao Cadastro e-MEC sobre os Cursos de Psicanálise, Bacharelado, nas modalidades presencial e a distância, em que foram identificados 11 (onze) registros:

Cursos de Psicanálise, Bacharelado, nas modalidades presencial e à distância

Ordem	Nome da IES	Data de criação do curso	Data de início do funcionamento do curso	Carga horária total	Vagas totais anuais	Município da sede da IES	UF da sede da IES
1	Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL	24/01/2023	01/02/2023	3.200h	2.000	São Paulo	SP
2	Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ	16/12/2022	01/02/2023	3.200h	200	João Pessoa	PB
3	Universidade Cidade de São Paulo – UNICID	24/01/2023	01/02/2023	3.200h	2.000	São Paulo	SP
4	Centro Universitário Filadélfia – UNIFIL	27/09/2023	Sem data	3.200h	200	Londrina	PR
5	Universidade de Franca – UNIFRAN	30/01/2023	01/02/2023	3.200h	500	Franca	SP
6	Centro Universitário Braz Cubas	23/01/2023	01/02/2023	3.200h	2.000	Mogi das Cruzes	SP
7	Universidade Positivo – UP	14/12/2022	14/02/2022	3.200h	500	Curitiba	PR

8	Centro Universitário da Serra Gaú- cha – FSG	13/12/2022	01/02/2023	3.200h	200	Caxias do Sul	RS
9	Centro Universitário Internacional – UNINTER	16/10/2021	14/02/2022	3.200h	1.500	Curitiba	PR
10	Centro Universitário Cidade Verde – Unicyv	03/10/2023	Sem data	3.200h	3.000	Maringá	PR
11	Centro Universitário UNIFATECIE – UNIFATECIE	02/06/2023	10/07/2023	3.240h	1.000	Paranavaí	PR
Total de vagas criadas							13.100

Fonte: Cadastro e-MEC em 07/12/2023, às 10:12

Como podemos perceber, temos em andamento onze cursos de Bacharelado em Psicanálise, totalizando 13.100 alunos anuais. O primeiro deles foi criado em outubro de 2021, três iniciaram no ano de 2022 e sete em 2023, em sua maioria, on-line, sendo um presencial. Todos os cursos pretendem seguir o tripé estabelecido pela tradição para a formação psicanalítica, ou seja, análise pessoal, supervisão clínica e estudo teórico. Percebe-se, porém, que a ênfase recai sobre os cursos teóricos, como era de se esperar, considerando o elevado número de alunos e a modalidade EAD de funcionamento da maior parte dos cursos.

Analizando a tabela apresentada, evidencia-se a inviabilidade da execução dos outros elementos do tripé da formação psicanalítica, com destaque para análise pessoal, em função do número de, no mínimo, 200 alunos em uma turma! Onde estarão os analistas dispostos a atender esse número de bacharelados para que as universidades lucrem oferecendo seus bacharelados? Uma leitura de “A questão da análise leiga”, de Freud (1927/2006d), indica diretrizes que nos auxiliam no entendimento do que é o ensino, a formação e a transmissão da psicanálise, sem ortodoxias esterilizantes; porém, criar formas inovadoras de formação psicanalítica a partir da herança freudiana é bem diferente da sua banalização, como o proposto por cursos universitários mercantis que, na esteira da indústria do ensino

superior, subverte os seus princípios norteadores ao transformar o sofrimento psíquico em mercadoria.

Por fim, Luciano Elia (2022, p. 20) comenta, a respeito do projeto de formação de psicanalistas em instituições universitárias, que a psicanálise

se organiza, em função do rigor de seus parâmetros epistemológicos, éticos e discursivos, em torno da impossibilidade de padronizar a formação do psicanalista. Por estruturar-se em torno do inconsciente – descoberta fundamental de Sigmund Freud –, a psicanálise não admite, na formação de seus operadores, o modelo definido pelos estreitos parâmetros do conhecimento acadêmico.

À guisa de conclusão

Ao longo do artigo, buscamos apresentar uma cartografia experimental heterogênea dos processos de institucionalização da psicanálise no Brasil, com destaque para o problema inédito do surgimento de cursos de Bacharelado, com o risco consequente de uma regulamentação da profissão de psicanalista no Brasil sob gestão de profissionais sem vínculo histórico e afetivo com a comunidade psicanalítica reconhecida no Brasil.

Apresentamos vários eixos que discutem o ensino, a transmissão e a formação em psicanálise, indicando suas especificidades e, acompanhando Kupermann (2022b), ressaltamos a importância de que “os destinos legais da psicanálise deveriam passar por uma consulta aos profissionais que a exercem, a desenvolvem e a transmitem há décadas no país” (Kupermann, 2022b, p. 11).

Em contrapartida, sublinhamos a necessidade urgente de reconhecer a importância de um imbricamento real da psicanálise com a cultura e a sociedade brasileiras, para que possa haver uma escuta efetiva do sofrimento psíquico em nosso país, que inclua a população subalternizada, a diversidade de formas de pensar, sentir e agir, as condições de vida e saúde de diferentes grupos sociais, reconhecendo a extrema desigualdade socioeconômico-cultural que ainda vigora no Brasil. Dessa forma, não desistimos de perseguir uma psicanálise comprometida com o ideal democrático radical de defesa dos direitos humanos para todos, incluso o direito a uma vida psiquicamente potente e criativa.

Sobre la institucionalización del psicoanálisis en Brasil: transformaciones

Resumen: Este trabajo analiza el proceso de institucionalización del psicoanálisis en Brasil, centrándose en el problema de la creación de carreras de grado que tienen como objetivo la formación de psicoanalistas. Este escenario inédito implica el riesgo significativo en regular la profesión de psicoanalista, sin que la comunidad de profesionales que la ejerce y transmite en el país participe. Paralelamente, la propia comunidad psicoanalítica se encuentra bajo la presión de movimientos anticoloniales e identitarios para repensar los dispositivos de formación, transmisión y enseñanza del psicoanálisis, con el objetivo de incluir en sus sistemas discursivos los problemas inherentes a la sociedad brasileña en su diversidad, y a hacer accesible el tratamiento y la formación psicoanalítica a las poblaciones menos privilegiadas e incluso subordinadas, en una búsqueda de un psicoanálisis comprometido con el ideal democrático de defensa universal de los derechos humanos.

Palabras clave: psicoanálisis, institución, formación psicoanalítica, democracia e inclusión

About the institutionalization of psychoanalysis in Brazil: transformations

Abstract: This paper analyzes the process of institutionalization of psychoanalysis in Brazil, focusing on the problem of the bachelor's degree creation programs that aim to graduate psychoanalysts. This unprecedented scenario implies the consequent risk of regulating the profession of psychoanalysis without the participation of the professional community who practice and transmit it around the country. At the same time, the psychoanalytic community finds itself under pressure from anti-colonial and identity movements to rethink the mechanisms of training, transmission, and teaching of psychoanalysis, in order to include in its discursive systems the problems inherent to Brazilian society in its diversity and to make psychoanalytic treatment and training accessible to less privileged and even subalternized populations, seeking for a psychoanalysis committed to the democratic ideal of universal defense of human rights.

Keywords: psychoanalysis, institution, psychoanalytic training, democracy and inclusion

À propos de l'institutionnalisation de la psychanalyse au Brésil : transformations

Résumé : Ce travail analyse le processus d'institutionnalisation de la psychanalyse au Brésil, en se penchant sur le problème de la création de licences visant à former des psychanalystes diplômés. Ce scénario sans précédent implique le risque conséquent à réglementer la profession de psychanalyste, sans que la communauté des professionnels qui la pratique et la transmet dans le pays n'y participe. En parallèle, la communauté psychanalytique elle-même se trouve sous la pression des mouvements anticoloniaux et identitaires pour repenser les dispositifs de formation, de transmission et d'enseignement de la psychanalyse, afin d'inclure dans ses systèmes discursifs les problèmes inhérents à la société brésilienne dans sa diversité, ainsi que pour rendre accessibles les soins et la formation psychanalytique aux populations les moins privilégiées, voire subordonnées, à la recherche d'une psychanalyse engagée dans l'idéal démocratique de défense universelle des droits de l'homme.

Mots-clés : psychanalyse, institution, formation psychanalytique, démocratie et inclusion

Referências

- Alberti, S.; Amendoeira, W.; Lannes, E.; Lopes, A.; Rocha, E. (Orgs.) (2009). *Ofício do psicanalista: formação vs. regulamentação*. Coletânea criada na Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras.
- Andrade, E. (2023). Democratização da formação em psicanálise. In A. P. Almeida (Org.), *Muito além da formação – diálogos sobre a transmissão e a democratização da psicanálise* (pp. 137-152). Blucher.
- Ayouch, T. (2019). *Psicanálise e hibridez: gênero, colonialidade e subjetivações*. Calligraphie.
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Canavez, F. & Verztman, J. S. (2021). Somos capazes de escutar os sofrimentos sociais? *Ayvu: Revista de Psicologia*, 8, 1-21.
- Danto, E. A. (2019). *As clínicas públicas de Freud*. Perspectiva.
- Elia, L. (2022). Curso de graduação em psicanálise: a falácia autorizada. *Folha de S.Paulo*, 31/1/2022. <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2022/01/curso-degraduacao-em-psicanalise-a-falacia-autorizada.shtml>.
- Ferenczi, S. (1992). Elasticidade da técnica. In S. Ferenczi, *Obras completas* (Vol. 4). Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1928)

- Freud, S. (2006a). Caminhos da terapia analítica. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Imago. (Trabalho original publicado em 1918)
- Freud, S. (2006b). Deve a psicanálise ser ensinada na universidade? In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Imago. (Trabalho original publicado em 1919)
- Freud, S. (2006c). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 18). Imago. (Trabalho original publicado em 1930[1929])
- Freud, S. (2006d). A questão da análise leiga. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Imago. (Trabalho original publicado em 1927)
- Green, A. (2008). *Orientações para uma psicanálise contemporânea*. Imago/SBPSP, Departamento de Publicações.
- Guerra, A. M. C. & Bispo, F. S. (Orgs.) (2023). *Ocupar a psicanálise: por uma clínica antirracista e decolonial*. N-1 Edições.
- Herrmann, F. (2005). Introdução: clínica extensa. In L. M. C. Barone (Org.), *III Encontro Psicanalítico da Teoria dos Campos por Escrito: A psicanálise e a clínica extensa* (pp. 12-33). Casa do Psicólogo.
- Iannini, G. (2024). *Freud no século XXI. O que é a psicanálise?* (Vol. 1). Autêntica.
- Jorge, M. A. C. (2009). A tensão psicanalítica essencial. In H. Caldas & S. Altoé (Orgs.), *Psicanálise, universidade e sociedade*. Companhia de Freud.
- Khouri, M. G. & Silva, P. R. (2016). Psicanálise a céu aberto. *Caliban*, 14(1) 194-208.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.
- Kupermann, D. (1996). *Transferências cruzadas. Uma história da psicanálise e suas instituições*. Zagodoni.
- Kupermann, D. (2022a). *Sobre a formação do psicanalista: passado, presente e futuro*. Cult.
- Kupermann, D. (2022b). Bacharel sem formação. *O Globo*, 4/2/2022. <https://blogs.oglobo.globo.com/opiniao/post/bacharel-sem-formacao.html>.
- Kupermann, D.; Gondar, J.; Dal Molin, E. C. (Orgs.) (2022). *Ferenczi: pensador da catástrofe*. Zagodoni.
- Marx, K. (1983). *O capital: crítica da economia política* (J. Gorender, Apres.; P. Singer, Coord. e Rev.; R. Barbosa & F. R. Kothe, Trans.). Abril Cultural. (Trabalho original publicado em 1867)
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. N-1 Edições.
- Move, A. G. (2023). *Movimentos migratórios e psicologia*. N-1 Edições [Col. de Zines Clínicas de Borda].

- Naffah Neto, A. (2009). A instituição psicanalítica como matriz simbólica – vicissitudes de uma formação autogerida. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 43(4), 59-68.
- Naffah Neto, A. (2023). A instituição psicanalítica e as sociedades de psicanálise: percursos e encruzilhadas num processo de tornar-se psicanalista. In A. P. Almeida (Org.), *Muito além da formação – diálogos sobre a transmissão e a democratização da psicanálise* (pp. 95-116). Blucher.
- Sigal, A. M.; Conte, B. & Assad, S. (Orgs.) (2019). *Ofício do psicanalista II: por que não regulamentar a psicanálise*. Escuta.
- Weber, M. (1987). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Pioneira. (Trabalho original publicado em 1905)

Renata Arouca de Oliveira Morais
rearouca80@gmail.com.

Daniel Kupermann
danielkupermann@gmail.com

Recebido em 26/8/2024
Aceito em: 27/8/2024